



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

PRIMEIRA CÂMARA – SESSÃO DE 03/03/2015 – ITEM 110

TC-002131/026/13

Prefeitura Municipal: Suzanópolis.

Exercício: 2013.

Prefeito: Osmar Mendanha Dias.

Advogado: Gian Carlo Vilas Boas da Silveira.

Acompanha: TC-002131/126/13.

Procurador de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

Fiscalizada por: UR-15 – DSF-I.

Fiscalização atual: UR-15 – DSF-I.

RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame das contas da **Prefeitura Municipal de Suzanópolis**, relativas ao **exercício de 2013**.

A Unidade Regional de Andradina – UR-15, responsável pelo exame "in loco", elaborou o relatório de fis. 18/62 apontando o que se segue:

PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS – as peças de planejamento registram inadequados custos estimados, unidades de medidas e metas físicas, índices recentes e futuros e metas físicas, por programa e ação de governo, falhas graves que não permitem aos órgãos de controle avaliar e mensurar se os resultados das ações governamentais foram eficazes e efetivos, em afronta ao que preconizam os §§s 1º e 2º, do artigo 165 da Constituição Federal e os



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

princípios da eficiência e da transparência na Gestão Pública responsável (falha reincidente); ausência de setor ou funcionários especializados para elaboração e acompanhamento das peças de planejamento, assim como sistema de custos que permita a avaliação e acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; não edição dos Planos de Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos, em violação às disposições das Leis Federais nºs. 11.445/07 e 12.305/10.

PROGRAMAS E AÇÕES ANTIDROGAS - ausência de ações preventivas e de combate ao consumo e de instituição do Conselho Antidrogas.

ANÁLISE DO RESULTADO PRIMÁRIO – LOA ATUALIZADA X META DA LDO - resultado Primário Previsto na LOA atualizada foi inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL – falta de criação do Serviço de Informação ao Cidadão, em desatendimento ao art. 9º da Lei 12.527, de 2011.

CONTROLE INTERNO - ausência do sistema.

INVESTIMENTOS - baixo investimento realizado pelo Município nas áreas vitais, como educação e saúde.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO REATO MARTINS COSTA

RECEITA/DESPESA COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO - resultado apurado pelo setor no exercício em exame foi deficitário.

DÍVIDA ATIVA - cadastros mobiliários e imobiliários não estão organizados e atualizados, desatualização que alcança, também, o cadastro de serviços públicos e a Planta de Valores Genéricos (PVG); inexistência de sistema integrado com cartórios de registro de imóveis, para evitar sonegação do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI; o sistema eletrônico de registro não é seguro¹.

DESPESA DE PESSOAL – gastos representaram 53,71% da RCL - desatendimento às vedações contidas nos incisos IV e V, do parágrafo único, do art. 22 da Lei Complementar 101/2000 (LRF), em decorrência da superação do limite prudencial (95%); Prefeitura alertada por duas (02) vezes quanto a esse fato.

ENSINO – após a glosa de restos a pagar não quitados até 31/01/2014, apurou-se aplicação de 29,57%; recursos do FUNDEB totalmente empregados, sendo 91,76% destinados às despesas com magistério; índice de alta de analfabetismo da população de 15 anos

¹ sendo possível efetuar-se baixas de tributo sem que haja filtros que impeçam baixas fraudulentas, bem como não há ratificação dessas baixas por parte de superior imediato, ou, dependendo do valor, do Prefeito Municipal (Limite de Alçada).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

ou mais no percentual de 12,35%, muito acima do registrado no Estado de São Paulo, que foi de 4,3% (Fonte: SEADE); Unidades Escolares não possuem o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (A.V.C.B.); não realizadas obras de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais nas escolas; falta de controle físico anual do efetivo consumo de cada item de gêneros alimentícios utilizados na preparação da merenda, tendo o Município em exame a maior média per capita dos municípios sob a jurisdição da UR-15, com gastos de alimentos para a merenda escolar.

SAÚDE – aplicados 22,67%, já deduzidos os Restos a Pagar não pagos até 31/01/2014; Unidade Básica de Saúde - UBS II não possui o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (A.V.C.B.); não há definição de estoques mínimos para os medicamentos distribuídos na farmácia municipal; aumento de 204,68% nos gastos com medicamentos, em comparação com o exercício de 2012; insuficiência de transporte para locomoção dos munícipes, em atendimento da área de saúde de média e alta complexidade, nos municípios que a Origem é referenciada; não oferecimento de cursos de capacitação aos conselheiros do Conselho Municipal de Saúde.

GASTO COM COMBUSTÍVEL - ausência de efetivo controle, impossibilitando aferir o real gasto realizado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

TESOURARIA - as conciliações são elaboradas pela própria Tesouraria e posteriormente assinadas pelo Contador, em flagrante infringência ao princípio básico da segregação de funções; escriturações bancárias e Boletins de Caixa/Bancos sem atualização diária, apenas elaborados mensalmente.

ALMOXARIFADO - as requisições de materiais não são assinadas com identificação dos responsáveis; recebimento de materiais sem conferência por servidores habilitados, conforme sua especificidade; controles de saídas não informam a efetiva destinação dos produtos e quem os recebeu; falta de definição de estoques mínimos; não há relatórios do almoxarifado com registros dos bens com validade vencida ou próxima do vencimento, em relação aos alimentos destinados à merenda escolar.

BENS PATRIMONIAIS - gastos elevados com manutenção de veículos e máquinas, em violação aos princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade e ao disposto no § 3º, do artigo 50 da LRF; não averbadas no Registro de Imóveis as novas construções e/ou ampliações dos prédios públicos; realização parcial do levantamento geral dos bens móveis e imóveis, descumprindo-se os termos do artigo 96 da Lei Federal n.º 4.320/64; existência de diferença entre o



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

valor registrado no Balanço Patrimonial e o constante do Inventário dos Bens Patrimoniais.

ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS - não atendimento; ausência de publicação de justificativas, em violação ao disposto no artigo 5º da Lei Federal nº. 8.666/93.

CONTRATOS - não foram designados gestores de contratos, excetuando-se as obras de engenharia; falta de relatórios de acompanhamento e fiscalização dos contratos (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

EXECUÇÃO CONTRATUAL - Contrato nº 020/13: ausência de relatórios mensais por parte da contratada, que demonstrasse efetivamente a prestação dos serviços pactuados; falta de confecção dos "laudos de medição", descumprindo os termos do item 17.1 do Edital de Licitação, que exige para o pagamento dos serviços que haja o respectivo laudo; Contrato nº 038/10 - caixa d'água apresentando defeito na base de sustentação, podendo causar riscos a alunos e servidores de escola municipal.

CARGOS DE NATUREZA TÉCNICA PREENCHIDOS EM REGIME DE COMISSÃO - cargos com características de provimento efetivo que estão classificados como em comissão, em desobediência ao inciso II,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

do artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL - encaminhamento intempestivo das informações ao Sistema AUDESP (falha reincidente); não atendimento, na íntegra, das recomendações exaradas nas contas do exercício de 2009.

REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS – pagamentos regulares.

Acompanha os presentes autos o Acessório 1 (TC-2131/126/13).

O Ministério Público de Contas, com fundamento no artigo 194 do Regimento Interno desta Corte, opinou pela intimação do órgão jurisdicionado a respeito das conclusões dos trabalhos da fiscalização.

Após regular notificação, houve apresentação de defesa às fls. 75/103 por parte do responsável, acompanhada de documentação.

Analisando a parte econômica, ATJ assinalou que a realização de abertura de créditos adicionais e a transferência/remanejamento/transposição de dotações representaram 27,48%, índice que demonstrava a falta de boa



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

técnica orçamentária e a não observância ao princípio da valorização do planejamento.

Indicou que o déficit orçamentário de 2,24% foi amparado por superávit financeiro do exercício anterior, observando que no final do exercício a parte financeira, econômica e patrimonial finalizou positiva e que a municipalidade possuía disponibilidade financeira suficiente para cobertura de sua dívida flutuante, registrando que o endividamento de longo prazo teve uma redução de 48,5% em relação ao exercício anterior, bem como que o percentual de investimento representou de 10,2% da RCL.

Diante do exposto, opinou pela regularidade do examinado.

Sob o prisma jurídico, ATJ considerou que as justificativas apresentadas para os itens: Controle Interno, Dívida Ativa, Despesas com Pessoal, Gastos com Combustível, Tesouraria, Almoxarifado, Bens Patrimoniais e Ordem Cronológica de Pagamento poderiam ser aceitas, propondo que a Fiscalização, no próximo roteiro de inspeção, verificasse a efetiva adoção das providências noticiadas.

Em relação ao apontado sob a rubrica "licitações e contratos", sugeriu seu exame em autos apartados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Assim, acompanhada de sua Chefia, opinou favoravelmente.

O douto Ministério Público de Contas referendou tal conclusão, sugerindo a formação de autos próprios em relação aos Contratos 38/10 e 20/13 e propôs recomendações.

Posteriormente, o interessado, após ter vista dos autos, apresentou defesa complementar às fls. 425/431, acompanhada de documentação.

É o relatório.

c



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

VOTO

As contas do **Município de Suzanápolis**, relativas ao **exercício de 2013**, apresentaram os seguintes resultados:

Matérias	%	R\$	Situação
Aplicação no Ensino (CF, art. 212 - mín. 25%)	29,57	4.321.316,95	Regular
Despesas com FUNDEB (Lei Fed. 11.494/07, art. 21, §2º)	100,00	1.522.270,44	Regular
Magistério - FUNDEB (ADCT da CF, art. 60, XII - mín. 60%)	91,76	1.396.872,28	Regular
Despesas com Pessoal (LRF, art. 20, III, "b" - máx. 54%)	53,71	9.535.380,32	Regular
Aplicação na Saúde (ADCT da CF, art. 77, III - mín 15%)	22,67	3.312.640,16	Regular
Execução Orçamentária: déficit	-2,24	-415.084,03	Regular
Resultado Financeiro: superávit	60,76	653.322,89	Regular
Ordem Cronológica De Pagamentos			Relevado
Precatórios			Prejudicado
Encargos Sociais			Regular
Remuneração de Agentes Políticos			Regular
Transferências à Câmara (CF, art. 29-A, §2º, I)	4,87		Regular

A Prefeitura atendeu às disposições legais e constitucionais em relação às aplicações no ensino, saúde e pessoal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Os gastos com pessoal, apurados pela Fiscalização, foram extraídos dos informes prestados pela Municipalidade, constantes do Sistema Audep, conforme fls. 31/32.

Segundo consignou ATJ, houve equilíbrio das contas públicas, com resultados positivos na parte financeira, econômica e patrimonial, observando que o déficit orçamentário foi totalmente amparado pelo superávit financeiro do exercício anterior.

Diante dessa situação, penso que o percentual de abertura de créditos adicionais e transferências, correspondendo a 27,48% da despesa prevista, poderá ser relevado, verificando-se diminuição em relação aos exercícios anteriores (em 2011 – 40,08% e 2012 – 34,88%). Cabe, porém, recomendação para que as possibilidades de alterações fiquem mais próximas ao percentual da inflação, objetivando preservar o orçamento original.

Quanto às execuções contratuais, indicadas nas fls. 48/51, Contratos 20/13 e 38/10, observo que houve adoção de medidas, consoante noticiado às fls. 425/440, para a correção dos desacertos. Cabe à próxima fiscalização verificar o bom êxito das providências efetuadas.

Em relação aos elevados gastos com manutenção de veículos e máquinas, em que pesem as peculiaridades do



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Município, deve o Administrador buscar, no futuro, melhor avaliação da situação dos dispêndios, considerando os critérios de conveniência e oportunidade, não vindo a gastar com os mesmos valores que em certos casos superaram, por exemplo, 180% e 206,81% o valor do bem.

Verifica-se do voto proferido nas contas de 2012, TC-2063/026/12, em sessão da Segunda Câmara de 27.05.2014, que foram feitas recomendações que alcançaram as mesmas falhas aqui registradas, destacando-se as relativas às despesas com combustíveis e quadro de pessoal, dentre outras.

Considerando, contudo, que a decisão ocorreu após o exercício em apreço, eventual descumprimento não afeta a presente gestão. Todavia, entendo que os alertas devem ser repetidos.

Em relação às demais falhas destacadas pela Fiscalização, que não possuem gravidade para prejudicar o examinado, diante dos esclarecimentos oferecidos e das medidas anunciadas, penso que possam ser relevadas, cabendo, porém, recomendações.

Assim, **VOTO** pela emissão de **parecer favorável** às contas da **Prefeitura Municipal de Suzanápolis**, relativas ao



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

exercício de 2013, excetuados os atos pendentes de julgamento pelo Tribunal, consignando a licitude no pagamento da remuneração dos Agentes Políticos.

Recomende-se ao Prefeito que adote medidas objetivando impedir as ocorrências apontadas nos itens: Planejamento das Políticas Públicas; Programas e Ações Antidrogas; Lei de Acesso à Informação e a Lei da Transferência Fiscal; Dívida Ativa; Gastos com Combustíveis (implantar sistema de controle interno eficaz nos gastos com combustível, com registros dos deslocamentos dos veículos, de modo que evidencie o local visitado, motivo, quilômetros percorridos e cálculo do consumo médio, inclusive elaborando relatórios da viagem onde conste detalhamento a finalidade e os resultados obtidos); Contrato; Almoxarifado; Pessoal; e Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal.

Todas as providências anunciadas pela defesa deverão ser verificadas na próxima inspeção².

RENATO MARTINS COSTA
CONSELHEIRO

² Controle Interno, Dívida Ativa, Outros aspectos da educação, Saúde, Tesouraria, Bens Patrimoniais e Ordem Cronológica de Pagamento; Execução Contratual.